

Intenção de Investimento 2014

DECOMTEC
Área de Competitividade

Pesquisa FIESP de Intenção de Investimento 2014

Equipe Técnica

Maio de 2014

PRESIDENTE

Paulo Skaf

Departamento de Competitividade e Tecnologia (DECOMTEC)**DIRETOR TITULAR**

José Ricardo Roriz Coelho

DIRETOR TITULAR ADJUNTO

Pierangelo Rossetti

DIRETORIA

Almir Daier Abdalla

Cassio Jordão Motta Vecchiatti

Cláudio Grineberg

Cláudio Sidnei Moura

Cristiano Veneri Freitas Miano (Representante do CJE)

Denis Perez Martins

Eduardo Berkovitz Ferreira

Eduardo Camillo Pachikoski

Elias Miguel Haddad

Fernando Bueno

Francisco Florindo Sanz Esteban

Jorge Eduardo Suplicy Funaro

Luiz Carlos Tripodo

Manoel Canosa Miguez

Marcelo José Medela

Marco Aurélio Militelli

Mario William Esper

Mauricio Marcondes Dias de Almeida

Olívio Manuel de Souza Ávila

Rafael Cervone Netto

Robert Willian Velásquez Salvador (Representante do CJE)

Ronaldo da Rocha

Tarsis Amoroso

Walter Bartels

EQUIPE TÉCNICA**GERENTE**

Renato Corona Fernandes

EQUIPE TÉCNICA

Adriano Giacomini Morais

Albino Fernando Colantuono

André Kalup Vasconcelos

Célia Regina Murad

Daniele Nogueira Milani

Débora Bellucci Módolo

Egídio Zardo Junior

Erica Marques Mendonça

Fernando Momesso Pelai

Juliana de Souza

Luís Menon José

Paulo Cesar Morceiro

Paulo Sergio Pereira da Rocha

Silas Lozano Paz

Vinícius Rena Pereira

ESTAGIÁRIOS

Franco Vizzotto Zolin

Gustavo Manzotti Simões

APOIO

Maria Cristina Bhering Monteiro Flores

Sumário Executivo

A trajetória de baixo crescimento econômico e reduzido investimento não dá sinais de melhora em 2014. Este ano é marcado pelo baixo nível de confiança do empresariado e por incertezas quanto à política econômica, agravadas pelo ano eleitoral, que também influencia negativamente nas expectativas do mercado. Associados à permanência do elevado Custo Brasil e ao ciclo de aperto monetário, esses fatores impõem um ambiente hostil à produção industrial e ao investimento em 2014.

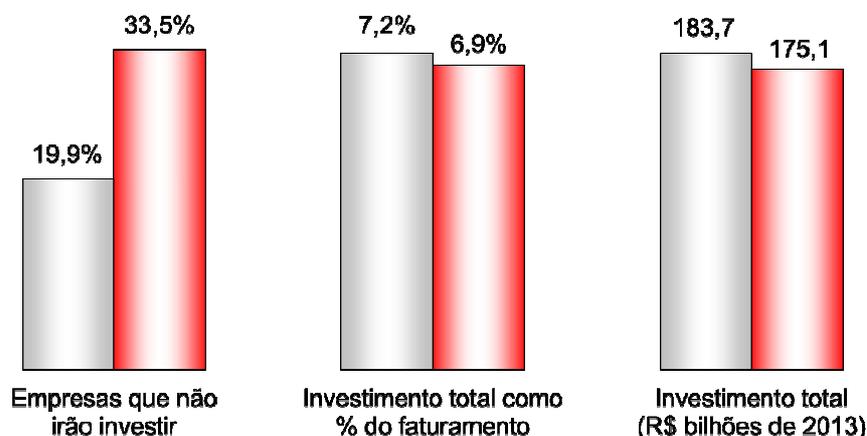
As projeções para o investimento em 2014 reforçam essa perspectiva: o investimento total (em máquinas, equipamentos e instalações, gestão, inovação e P&D) da indústria de transformação deverá apresentar redução neste ano de 4,7%, comprometendo ainda mais a expansão futura do setor, que passou a representar apenas 13% do PIB, em 2013.

Para a obtenção dos resultados, foram entrevistadas 1.204 empresas – sendo 539 pequenas, 355 médias e 310 grandes – no estado de São Paulo entre os dias 06 de fevereiro e 24 de abril de 2014, que como foi expandida pela Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE) permite análise nacional. Na *Pesquisa FIESP de Intenção de Investimento 2014* destacam-se que:

- Enquanto o número de empresas industriais que declaram não ter realizado qualquer investimento em 2013 foi de 19,9%, a perspectiva em relação ao **número de empresas que não devem investir em 2014 é muito maior, atingindo 33,5%**.
- O investimento médio das empresas como parcela do faturamento também deve se reduzir, de 7,2% do seu faturamento em 2013 para 6,9% em 2014 e o investimento total das empresas deve recuar de R\$ 183,7 bilhões em 2013 para R\$ 175,1 bilhões em 2014, conforme gráfico:

Intenção de Investimento de empresas industriais – 2013 x 2014

2013 (realizado)
 2014 (perspectiva)

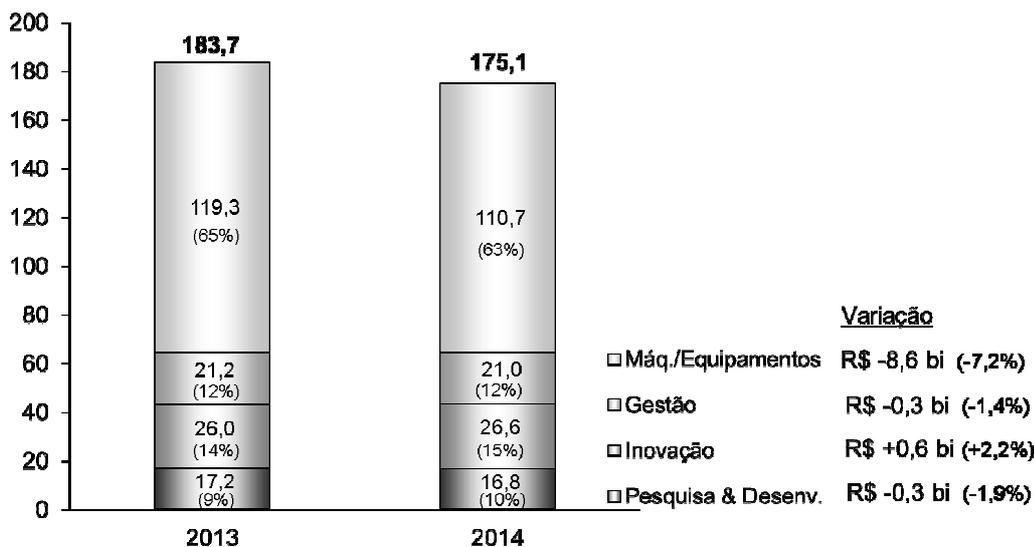


Fonte: Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: Decortec/FIESP.

- A queda investimento total da indústria de transformação se concentrará principalmente nos investimentos em máquinas, equipamentos e instalações**, que é o principal componente do investimento fixo, conforme gráfico:

Distribuição dos Investimentos – 2013 x 2014

(R\$ bilhões e % do total)



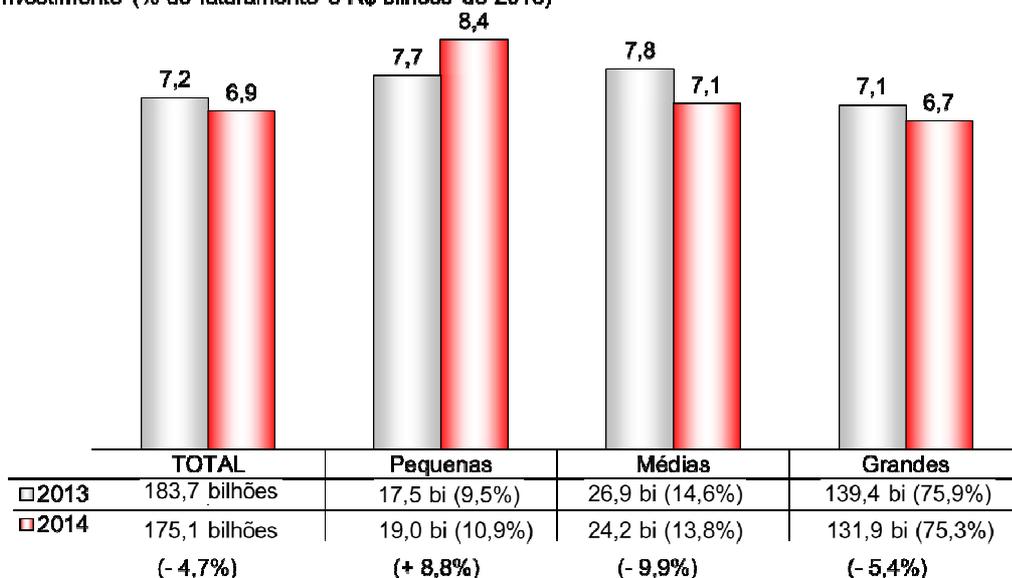
Fonte: Pesquisa FIESP-D'Fatto, PIA/IBGE, PIM/IBGE, IPP/IBGE, Depecon/FIESP; Elaboração: Decortec/FIESP

- **O investimento industrial em máquinas, equipamentos e instalações deve apresentar retração de 7,2%**, sendo o que apresentará maior redução no período. Enquanto em 2013 foram investidos R\$ 119,3 bilhões, em 2014, espera-se que sejam investidos R\$ 110,7 bilhões.
- Isso demonstra **que a indústria de transformação não pretende aumentar sua capacidade de produção neste ano** uma vez que as perspectivas de aumento das vendas se mostram limitadas diante do baixo crescimento econômico previsto.
- O ambiente econômico também é desfavorável para o investimento fixo total da economia. Portanto, **a taxa de investimento da economia deverá se reduzir**, passando de 18,4% em 2013, para 17,9%, em 2014. Chama a atenção o fato de que no ano em que o Brasil deveria apresentar a maior taxa de investimento (22,4% do PIB) como meta do Plano Brasil Maior para 2014, **a taxa de investimento será a menor da série dos quatros anos de vigência do Plano (17,9%), ampliando ainda mais a distância da meta.**
- Apesar da queda acentuada do investimento em máquinas e equipamentos, principal componente do investimento total da indústria de transformação, os investimentos nas demais categorias sofrerão poucas alterações. Os investimentos em gestão e P&D deverão diminuir em R\$ 0,3 bilhão cada e **os investimentos em inovação deverão aumentar entre 2013 e 2014**, em R\$ 0,6 bilhão.
- **As instituições de financiamento público serão essenciais na sustentação dos investimentos em inovação e P&D**, pois a demanda por recursos públicos para esses destinos, deve crescer cerca de 75% entre 2013 e 2014.
- A deterioração das expectativas dos empresários, como reflexo do baixo crescimento da economia brasileira, do ciclo de aperto monetário e dos altos custos de produção no Brasil levará a uma **intensificação das estratégias defensivas em 2014, com ênfase na redução de custos e na eficiência produtiva.**

- **A elevada carga tributária, que continua sendo o principal limitante ao investimento** provavelmente porque além de retirar recursos que poderiam ser investidos, encarece o investimento. Em segundo lugar, ganhou importância como limitante do investimento, o baixo crescimento da economia.
- **A redução da carga tributária e a redução da taxa de juros (SELIC)** são apontadas como os principais fatores econômicos que poderiam contribuir para as empresas ampliarem os investimentos. Quanto aos fatores específicos ao investimento, a **desoneração do ICMS do investimento e a desburocratização do acesso aos recursos do BNDES** são vistas como fatores de maior importância para estimular as inversões.
- Na **análise da intenção de investimento por porte**, as empresas de médio porte serão as que mais deverão reduzir suas inversões (9,9%), seguidas das grandes empresas (5,4%). As empresas de pequeno porte, por sua vez, deverão ampliá-lo em termos absolutos em 8,8%.

Taxa média de investimento por porte

Investimento (% do faturamento e R\$ bilhões de 2013)



Fonte: Pesquisa FIESP-D'Fato; Elaboração: Decortec/FIESP

- Além disso, destacam-se diferenças entre os portes quanto às estratégias e necessidades de investimento. As **pequenas empresas**

(que representam cerca de 10% do investimento da indústria de transformação), por serem as mais dependentes de recursos próprios, encontram dificuldades de financiar suas inversões. Não por acaso, serão as que, proporcionalmente, menos investirão em máquinas e equipamentos em 2014 (queda de 8,5 p.p.). Apesar disso, serão as únicas que ampliarão o investimento total em 2014, devido ao aumento do investimento em gestão, P&D e principalmente em inovação, com ampliação de demanda por financiamento público para este destino.

- As **médias empresas** (que representam cerca de 14% do investimento da indústria de transformação) serão as que proporcionalmente mais reduzirão o investimento total (queda de 9,9%) e o investimento em máquinas e equipamentos (redução de 15,3%). Uma parte dos investimentos em maquinário, porém, será compensada pelo aumento dos investimentos em gestão, intensificando sua busca por eficiência produtiva.
- Finalmente, as **grandes empresas** (que representam cerca de 76% do investimento da indústria de transformação) devem ser as principais responsáveis pela queda do investimento em máquinas e equipamentos (redução de 5,9%), dado seu elevado peso na estrutura industrial. Sua estratégia defensiva deve se voltar principalmente para redução de custo e aumento da produtividade, face à expectativa de baixo retorno num cenário de baixo crescimento econômico.

Sumário

Sumário Executivo	3
Sumário	8
Apresentação	9
1. Cenário econômico e reação das empresas	11
1.1. Evolução recente dos Investimentos	11
1.2. Intenção de Investimento em 2014	13
1.3. Estrutura dos Investimentos	14
1.3.1. Destino dos Recursos	14
1.3.2. Origem dos Recursos.....	18
2. Estratégia de investimento das empresas.....	21
3. Análise por porte	29
3.1. Intenção de Investimento em 2014.....	29
3.2. Estrutura dos Investimentos	30
3.2.1. Destino dos Recursos	30
3.2.2. Origem dos Recursos.....	31
3.3. Estratégia das empresas por porte	34
3.3.1. Pequenas Empresas	34
3.3.2. Médias Empresas	36
3.3.3. Grandes Empresas	39

Apresentação

A trajetória de baixo crescimento e reduzido investimento que tem acompanhado a economia brasileira nos últimos anos não dá sinais de melhora em 2014. Apesar da relativa melhora do crescimento do PIB em 2013, no patamar de 2,3%, as perspectivas do mercado para o crescimento da economia brasileira em 2014 sequer alcançam 2% e tem sido recorrentemente revisadas para baixo.

O pessimismo se faz presente também nas projeções de produção industrial e nos índices de confiança do empresariado. Predominam incertezas quanto a política econômica, agravadas pelo ano eleitoral. Somados a esses fatores, a permanência do elevado Custo Brasil associado ao ciclo de aperto monetário e à questão cambial impõem um ambiente hostil à produção industrial e ao investimento em 2014. A necessidade de voltar a crescer a taxas mais elevadas traz de volta o grande problema que a economia brasileira enfrentou nos últimos anos: como estimular as inversões?

O investimento é uma variável chave no crescimento sustentado de uma economia, pois amplia a demanda no curto prazo ao mesmo tempo em que cria capacidade produtiva, permitindo que se atinja uma maior taxa de expansão sem pressões inflacionárias futuras. No Brasil, entretanto, essa taxa é muito baixa: tendo como base os últimos 15 anos, a maior taxa de investimento do Brasil foi de 19,5% do PIB em 2010, nos países que concorremos (os demais BRICS) a taxa de investimento média foi de 29,4%¹. E desde 2010, a taxa de investimento no Brasil ficou em patamares inferiores, 18,4% no ano passado. Nesse sentido, a análise da intenção de investimento da indústria de transformação é fundamental para que, tanto empresas, quanto o governo planejem estratégias de expansão sustentáveis no longo prazo.

Buscando auxiliar no planejamento das empresas e das políticas de Estado, a FIESP realiza anualmente a *Pesquisa FIESP de Intenção de Investimento*, que avalia a intenção de investimento das empresas da indústria de transformação, tanto em máquinas e equipamentos, como em gestão,

¹ Média da taxa de investimento (FBCF/PIB) da China, Índia, Rússia e África do Sul em 2010, que se manteve no patamar de 29,5% em 2011 e 2012 (Fonte: Banco Mundial).

inovação e P&D, além da fonte dos recursos utilizados para inversão (próprios, públicos ou privado de terceiros) e dos objetivos e limitantes desse investimento.

Neste ano, a pesquisa de campo foi realizada pela empresa D’Fatto, que entrevistou 1.204 empresas – sendo 539 pequenas, 355 médias e 310 grandes – no estado de São Paulo entre os dias 06 de fevereiro e 24 de abril de 2014, que como foi expandida pela Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE) permite análise nacional.

A *Pesquisa FIESP de Intenção de Investimento 2014* será apresentada em três capítulos. Inicialmente será apresentado um quadro geral da conjuntura recente da economia brasileira, a intenção de investimento da indústria de transformação por destino (máquinas, equipamentos e instalações, gestão, inovação e P&D) e por origem dos recursos. No segundo capítulo serão apresentadas e avaliadas as estratégias empresariais de investimento em 2014 em comparação com as estratégias de 2013. Por fim, no terceiro capítulo, será analisada a intenção de investimento por porte das empresas (pequenas, médias e grandes), destacando a estratégia de investimento nas diferentes estruturas industriais.

1. Cenário econômico e reação das empresas

1.1. Evolução recente dos Investimentos

O ano de 2014 é marcado pela expectativa de baixo dinamismo econômico e, conseqüentemente, pelo baixo nível de confiança do empresariado². As incertezas quanto a condução da política econômica, agravadas em ano eleitoral, também contribuem para influenciar negativamente as expectativas do mercado.

A combinação desses fatores, associados à permanência do elevado Custo Brasil³ – composto pela elevada e complexa carga tributária, elevadas taxas de juros para capital de giro, infraestrutura logística defasada e deficiente, alto custo da energia elétrica e das principais matérias-primas, elevada burocracia – e ao ciclo de aperto monetário iniciado em abril de 2013, impõem um ambiente hostil à produção industrial e ao investimento em 2014.

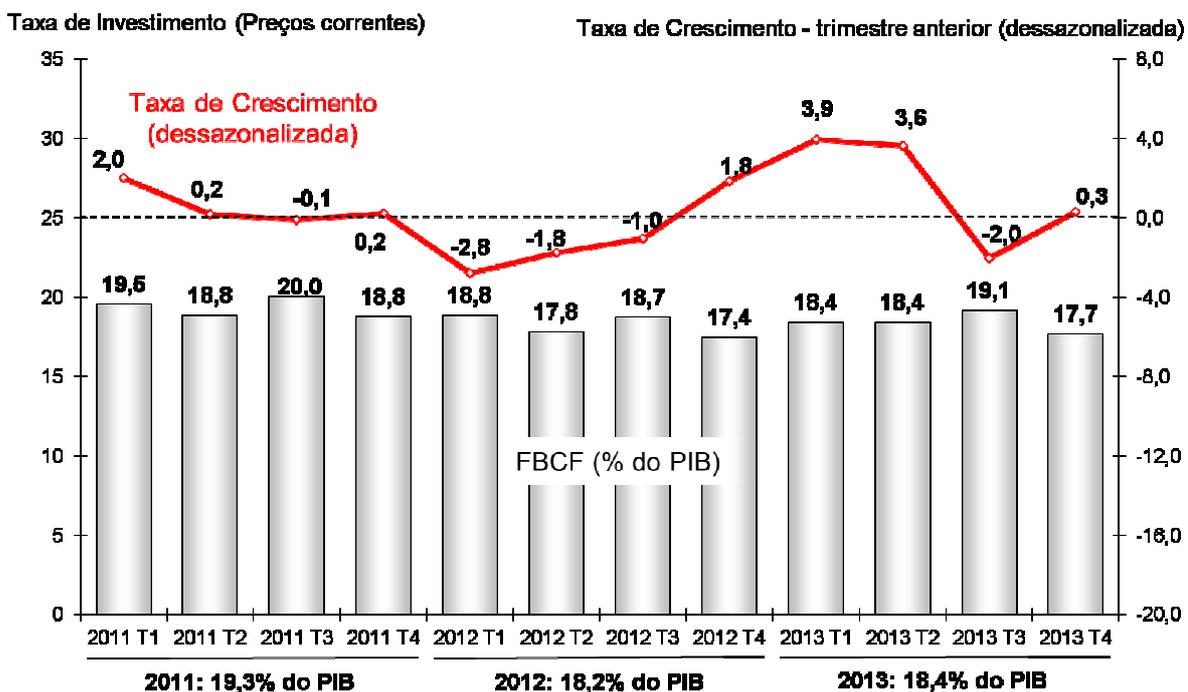
Ademais, as medidas anunciadas no âmbito do Plano Brasil Maior que poderiam auxiliar no estímulo à produção industrial ainda neste ano foram em sua maioria enfraquecidas.

Conforme pode se verificar no gráfico abaixo, que apresenta a evolução da taxa de investimento (FBCF) em relação ao PIB e a taxa de crescimento do investimento (dessazonalizado), a taxa de investimento em relação ao PIB, em geral, se manteve em torno do patamar de 18-19% entre 2011 e 2013. Quanto ao crescimento trimestral dos investimentos, não se verifica uma tendência de aumento de longo prazo. Apesar de um crescimento do investimento mais acentuado no primeiro trimestre de 2013, o mesmo é seguido por uma pronunciada queda no terceiro trimestre de 2013.

² Segundo o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) da CNI divulgado em abril de 2014, o ICEI acentuou sua trajetória de queda em abril e recuou para 49,2 pontos, o menor valor dos últimos 5 anos. O índice para a indústria de transformação é ainda mais baixo, de 48,2 pontos, e comparado a igual mês do ano anterior, teve uma queda de 6 pontos, mostrando a falta de confiança do empresário.

³ Segundo o estudo do Decomtec/FIESP “Custo Brasil e Taxa de Câmbio na Competitividade da Indústria de Transformação Brasileira”, publicado em fevereiro de 2013, um bem manufaturado nacional é, em média, 34,2% mais caro que similar importado dos principais parceiros comerciais, já contando com as alíquotas de importação vigentes.

Gráfico 1 – Formação Bruta de Capital Fixo (Variação e % do PIB) – 2011-2013



Fonte: SCN/IBGE; Elaboração: Decomtec/FIESP

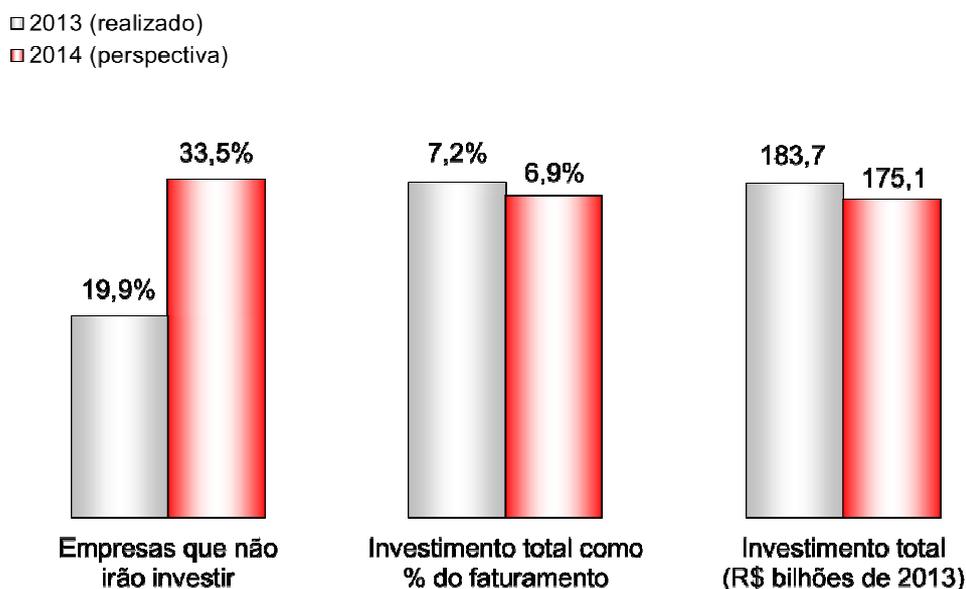
A desaceleração do investimento traz dois problemas para a economia brasileira. Em primeiro lugar, a demanda doméstica perde um componente importante (o investimento), comprometendo seu crescimento no curto prazo, pois essa passa a depender essencialmente do consumo para se expandir. Em segundo lugar, o menor investimento significa abrir mão de um crescimento futuro sem pressões inflacionárias, ou seja, cria-se uma situação em que, diante da falta de investimentos atualmente, compromete-se a expansão de longo prazo da economia brasileira.

Tanto por garantir a expansão da demanda, em função do elevado encadeamento setorial que o setor de bens de capital apresenta, quanto por garantir a oferta futura e, portanto, a expansão econômica sustentada de longo prazo, é fundamental que o investimento seja estimulado e volte a apresentar uma trajetória de crescimento. Somente com a expansão do investimento é que serão garantidas elevadas taxas de crescimento nos próximos anos. Para isso, porém, a política macroeconômica não pode se contrapor aos objetivos do país e as políticas de incentivo à produção industrial e ao investimento devem ser mais efetivas, em contraposição ao que se tem apresentado.

1.2. Intenção de Investimento em 2014

De acordo com a Pesquisa FIESP, enquanto o número de empresas industriais que declaram não ter realizado qualquer investimento em 2013 foi de 19,9%, as perspectivas em relação ao número de empresas que não devem investir em 2014 é muito maior, atingindo 33,5%, conforme gráfico:

Gráfico 2 – Intenção de Investimento de empresas industriais – 2013 x 2014



Fonte: Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP.

Paralelamente, o investimento médio das empresas como parcela do faturamento⁴ também deve se reduzir: se em 2013 as empresas investiam 7,2% do seu faturamento; em 2014, o investimento se reduzirá para 6,9%. Não por acaso, a partir de estimativas⁵ do faturamento industrial, pode se inferir que **o investimento total das empresas deve recuar 4,7%, passando de R\$ 183,7 bilhões em 2013 para R\$ 175,1 bilhões em 2014**. Conforme será analisado, isso deve ocorrer principalmente devido ao menor investimento em máquinas, equipamentos e instalações, comprometendo ainda mais a

⁴ O cálculo do investimento como parcela do faturamento foi calculado com base na ponderação do investimento como parcela do faturamento por porte, respeitando a proporção de faturamento por porte da PIA 2011, do IBGE.

⁵ O Faturamento de 2013 foi calculado com base na PIA 2011, do IBGE, atualizando-se pelo IPP da indústria de transformação, do IBGE, e pela PIM-PF, também do IBGE. Para 2014 assumiu-se um decréscimo da produção da indústria de transformação de 0,8%, conforme estimativa do Depecon/FIESP.

expansão futura da indústria de transformação, que passou a representar apenas 13% do PIB em 2013.

1.3. Estrutura dos Investimentos

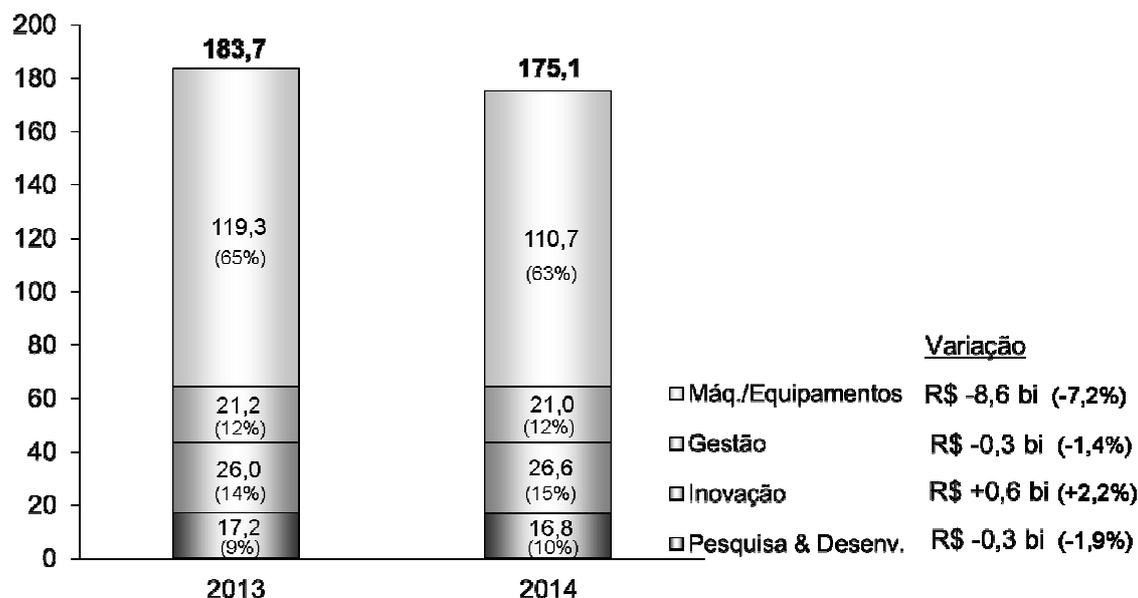
1.3.1. Destino dos Recursos

A queda de 4,7% do investimento total da indústria de transformação, que de acordo com o empresariado entrevistado deve ocorrer em 2014, se concentrará principalmente nos investimentos em máquinas, equipamentos e instalações, que é o principal componente do investimento fixo e aquele capaz de garantir a modernização e ampliação do parque produtivo nacional.

A acentuada redução nesse destino, que é o principal componente do investimento (representava, em 2013, quase dois terços do total das inversões) se reflete na queda do investimento total, mas a composição do investimento se mantém praticamente inalterada, conforme é apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Distribuição dos Investimentos – 2013 x 2014

(R\$ bilhões e % do total)



Fonte: Pesquisa FIESP-D'Fatto, PIA/IBGE, PIM/IBGE, IPP/IBGE, Depecon/FIESP; Elaboração: Decomtec/FIESP

Os investimentos em máquinas, equipamentos e instalações deverão ser R\$ 8,6 bilhões menores em 2014 do que foram em 2013, o que significa uma redução de 7,2%, demonstrando que a indústria de transformação não pretende aumentar sua capacidade de produção neste ano uma vez que as perspectivas de aumento das vendas se mostram limitadas diante do baixo crescimento econômico. Isso deve intensificar a perda de participação da indústria de transformação no PIB, que já caiu de 13,3% para 13% entre 2012 e 2013.

Os investimentos em gestão deverão sofrer uma pequena redução no período. De acordo com os empresários entrevistados, os investimentos em gestão devem ser inferiores em apenas R\$ 0,3 bilhão, mas a participação no investimento total se manterá constante.

Os investimentos em inovação deverão aumentar em 2,2% em 2014, num montante de R\$ 0,6 bilhão, ganhando um pequeno incremento na composição do investimento. Os investimentos em P&D, apesar de diminuir em R\$ 0,3 bilhão, ampliarão ligeiramente a participação no total do investimento.

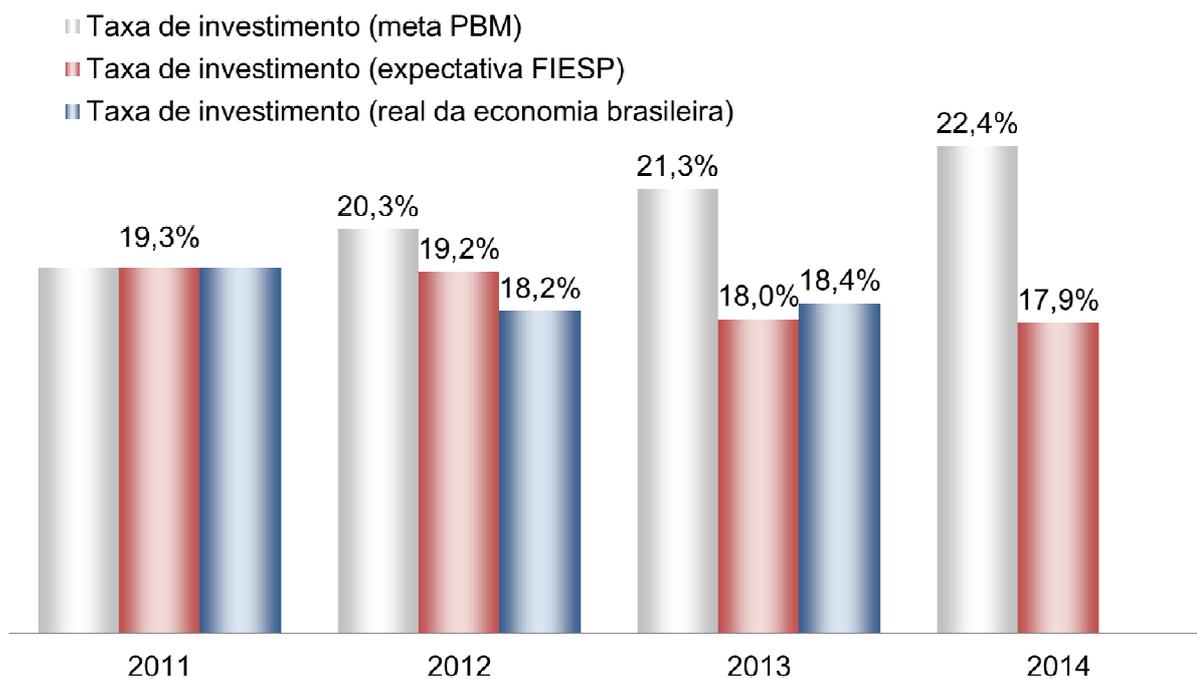
Portanto, em 2014 deve ocorrer uma importante queda do investimento total da indústria de transformação liderada pela queda do investimento em capital fixo (máquinas, equipamentos e instalações): se o investimento em capital fixo representava 65% em 2013, em 2014, sua participação deve se reduzir para 63% do total investido pela indústria de transformação, percentual inferior ao realizado no ano 2009, quando, em função da crise, os investimentos em máquinas e equipamentos representaram 67% do investimento total e a economia brasileira apresentou a mais baixa taxa de expansão da década.

Em agosto de 2011, visando alavancar a competitividade da indústria nos mercados internos e externos, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Maior, na sequência também de outros planos como a PITCE e a PDP. O Plano Brasil Maior contém um conjunto de medidas de incentivo à inovação, ao investimento, além de políticas de incentivo às exportações, de defesa da indústria e do mercado interno. Entretanto, as medidas se mostraram tímidas

diante das necessidades do setor industrial, se restringindo quase exclusivamente à remoção de desincentivos e à prorrogação de algumas medidas que já estavam vigorando.

A meta para a taxa de investimento do Plano Brasil Maior é de 22,4% em 2014. Contudo, a estimativa para a taxa de investimento da economia em 2014, de 17,9%, encontra-se muito distante da meta. Além disso, a meta pode ser considerada pouco audaciosa, pois os países que concorremos têm taxas superiores. Chama a atenção o fato de que no ano em que o Brasil deveria apresentar a maior taxa de investimento (22,4% do PIB) como meta do Plano Brasil Maior para 2014, a taxa de investimento será a menor da série dos quatros anos de vigência do Plano (17,9%).

Gráfico 4 – Meta do Plano Brasil Maior e estimativa FIESP para FBCF



Fonte: Plano Brasil Maior, SCNT/IBGE, Pesquisa FIESP-D'Fatto, Depecon-2014; Elaboração: Decomtec/FIESP.

As indústrias não têm incentivos suficientes para investir, pois as perspectivas de aumento das vendas se mostram bastante limitadas, diante do baixo dinamismo econômico e do ambiente de negócios desfavorável do Brasil, em que se mantêm elevados custos de produção.

Com relação ao investimento privado em Pesquisa e Desenvolvimento, outra meta do Plano Brasil Maior, os resultados não são diferentes. Em 2014, a

expectativa é de que haja uma redução de 1,9% dos investimentos privados em P&D, o que dificultará o alcance da meta do Plano Brasil Maior que previa uma participação de 0,90% do PIB em investimentos empresariais em P&D no ano de 2014.

De acordo com a Pesquisa FIESP deste ano, o investimento em P&D das empresas industriais em 2013 foi de R\$ 17,2 bilhões, o que, considerando que a proporção entre o investimento industrial e o investimento das empresas de serviços mantenha-se na proporção⁶ de 2011, significa uma taxa de 0,46% do PIB. Em 2014, por sua vez, estima-se uma queda do investimento em P&D da indústria para R\$ 16,8 bilhões, o que, considerando que a proporção ainda se mantenha, significaria uma relação entre investimentos empresariais em P&D e o PIB de 0,44%, ainda mais distante da meta de 0,90% em 2014.

A distância entre os investimentos projetados para 2014, tanto em maquinário, quanto em P&D, e a meta do Plano Brasil Maior evidenciam o impacto restrito dos estímulos à produção. Apesar do Governo Federal ter anunciado um conjunto numeroso de desonerações, elas foram na maioria das vezes pontuais e paliativas, não se focando na resolução dos problemas estruturais da indústria de transformação.

O ambiente sistêmico hostil à produção industrial que se mantém com juros elevados, tributação excessiva, infraestrutura deficiente, burocracia excessiva, entre outros, associado a expectativas de baixa demanda e baixo dinamismo econômico têm desestimulado o investimento na modernização e ampliação da capacidade de oferta da indústria nacional, as inovações nas empresas e a realização de P&D por parte do empresariado.

É necessário que as políticas macroeconômicas não sejam contrapostas à política industrial e que esta, tal como poderia se esperar, não se restrinja à remoção de parte insignificante dos desincentivos, passando a estimular a reconstrução do parque produtivo nacional.

⁶ De acordo com a PINTEC-2011, do IBGE, a parcela do investimento privado do setor de serviços é de 22% do total.

Somente pela via do investimento é que será possível sair do círculo vicioso que o Brasil se encontra, em que a redução dos juros é sempre limitada por ameaças de aceleração da inflação. O investimento na ampliação da oferta, por seu turno, depende de estímulos efetivos à produção manufatureira nacional e de um ambiente macroeconômico que possibilite uma indústria nacional mais competitiva.

1.3.2. Origem dos Recursos

O capital próprio da empresa, independentemente do tipo de investimento realizado (máquinas e equipamentos, gestão, inovação ou P&D), é o principal *funding* dos investimentos. Em 2013, 64,5% do investimento foi realizado com recursos próprios, enquanto os recursos privados de terceiros representaram 13,4% e os recursos públicos, 22,1%. Em 2014, os recursos próprios, apesar de perderem participação no total do *funding* das empresas, devem se manter ainda como a principal fonte de financiamento ao investimento (63,4%).

Já a demanda por recursos públicos deve aumentar sua participação de 22,1% do investimento para 22,4%, a despeito de se reduzir em termos monetários. A demanda por recursos privados de terceiros, por sua vez, deve expandir sua participação de 13,4% para 14,2% e crescer, em termos monetários, conforme tabela:

Tabela 1 – Origem dos Recursos Investidos (R\$ bilhões)

	Próprio		Privado		Público	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Máquinas e Equipamentos	68,0 57,0%	63,9 57,7%	17,4 14,6%	16,5 14,9%	33,9 28,4%	30,3 27,3%
Gestão	17,6 82,8%	16,7 79,6%	1,2 5,5%	2,7 13,1%	2,5 11,8%	1,5 7,3%
Inovação (produto e processo)	20,2 77,7%	17,9 67,2%	3,4 12,9%	3,6 13,6%	2,5 9,4%	5,1 19,2%
Pesquisa e Desenvolvimento	12,6 73,5%	12,5 74,5%	2,7 15,9%	1,9 11,5%	1,8 10,6%	2,4 14,0%
Total	118,4 64,5%	111,0 63,4%	24,6 13,4%	24,8 14,2%	40,7 22,1%	39,3 22,4%

Fonte: Pesquisa Fiesp-D'Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP.

Ao se analisar separadamente os destinos da demanda por recursos públicos para o investimento, o que se verifica é uma expansão significativa na demanda por recursos públicos para inovação (de R\$ 2,5 bilhão para R\$ 5,1 bilhões) e P&D (de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 2,4 bilhões), concomitantemente a uma redução dos recursos públicos para investimento em máquinas e equipamentos (de R\$ 33,9 bilhão para R\$ 30,3 bilhão) e gestão (de R\$ 2,5 bilhão para R\$ 1,5 bilhão).

Em certa medida, essa perspectiva de aumento da demanda por recursos públicos para inovação e P&D reflete, não somente a disposição do empresário em inovar, como também a visão de que as barreiras ao financiamento público para inovação possam ter diminuído nos últimos anos, ao mesmo tempo em que a oferta desses recursos aumentou.

No tocante à diminuição das barreiras ao financiamento à inovação, o melhor exemplo dessa mudança de paradigma é a implementação das novas políticas operacionais da FINEP, que visam essencialmente agilizar as contratações, descentralizar os recursos e integrar os instrumentos de apoio⁷. Além disso, a possibilidade de utilizar fundos garantidores do SEBRAE e do Banco do Brasil nos financiamentos já tem sido alvo de estudos pela instituição.

Portanto, essa expectativa de crescimento na demanda por financiamento pode ser sentida desde 2013, haja vista os resultados do Plano Inova Empresa (FINEP e BNDES), que teve uma demanda de R\$ 93,2 bilhões frente a um orçamento de R\$ 32,9 bilhões.

Os números da FINEP complementam essa informação na medida em que apresentaram uma taxa de crescimento da demanda por financiamento da ordem de 47% ao ano entre 2007 e 2012 enquanto os desembolsos cresceram 37% ao ano, estes partindo de R\$ 0,8 bilhão para R\$ 3,9 bilhões (em reais de 2012).

Por sua vez, os programas voltados para inovação do BNDES também apresentaram, nos últimos anos, uma taxa de crescimento bastante positiva.

⁷ O programa TECNOVA e o programa INOVACRED descentralizaram respectivamente a subvenção e o crédito reembolsável para os estados. No programa FINEP 30 dias a instituição tem até 30 dias para dar seu parecer quanto à aprovação do projeto; se aprovado, tem até 60 dias para contratar. Por fim, os editais do "Inova" combinam crédito, subvenção e renda variável em setores estratégicos.

Os desembolsos cresceram 50% ao ano entre 2010 e 2013, mas, a maior parte está concentrada em empresas de grande porte. Em 2013, o desembolso para inovação foi de R\$ 5,2 bilhões.

Neste sentido, é necessário que as instituições de apoio aos investimentos em gestão, inovação e P&D estejam atentas para a expansão da demanda por recursos públicos que deverá ocorrer em 2014, principalmente pelas empresas menores, pois esses recursos são essenciais para a expansão dos investimentos industriais em áreas estratégicas para o aumento da produtividade.

2. Estratégia de investimento das empresas

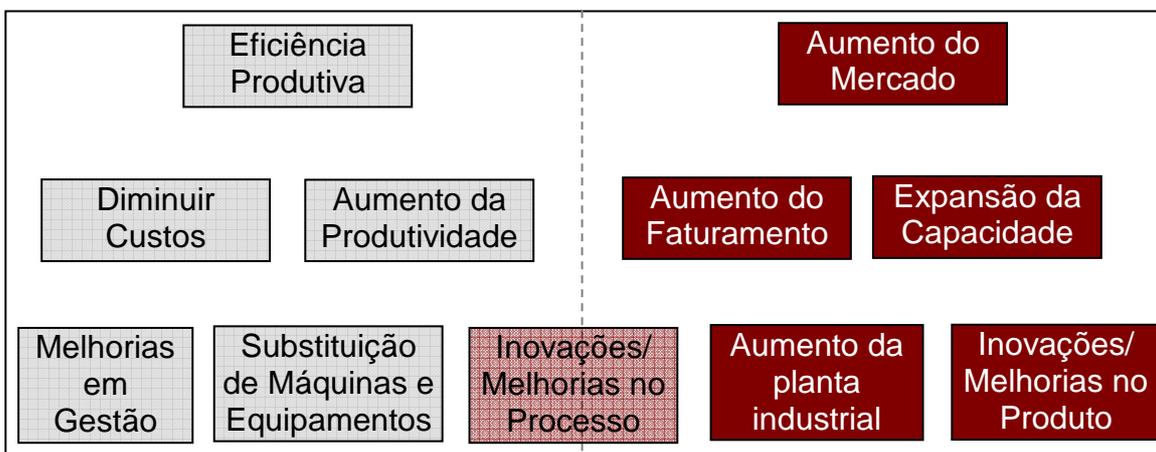
A análise das estratégias de investimento das empresas é relevante para definição das políticas a serem adotadas quando se pretende incentivar os investimentos e criar condições para que a economia apresente uma trajetória de expansão sustentável no longo prazo.

Com o objetivo de analisá-las e verificar quais são as principais restrições ao investimento, evidenciando quais as principais diferenças entre o investimento realizado em 2013 e a intenção para 2014, a Pesquisa FIESP questionou o empresariado sobre os objetivos, as necessidades e os limitantes do investimento, além dos fatores que contribuiriam para alavancá-lo.

Destacam-se, para a indústria nacional, duas estruturas básicas de estratégias distintas que marcam a intenção de investir das empresas industriais: uma voltada para eficiência produtiva, na qual a redução de custos e o aumento da produtividade são principais objetivos; e outra voltada para expansão do mercado, na qual os principais objetivos são o aumento do faturamento e da expansão da capacidade.

A estratégia voltada para a eficiência produtiva depende de melhorias em gestão e da substituição de máquinas e equipamentos obsoletos, enquanto que a estratégia voltada para o aumento do mercado depende especialmente de inovações e melhorias nos produtos e da aquisição de máquinas e equipamentos:

Gráfico 5 – Estrutura das estratégias



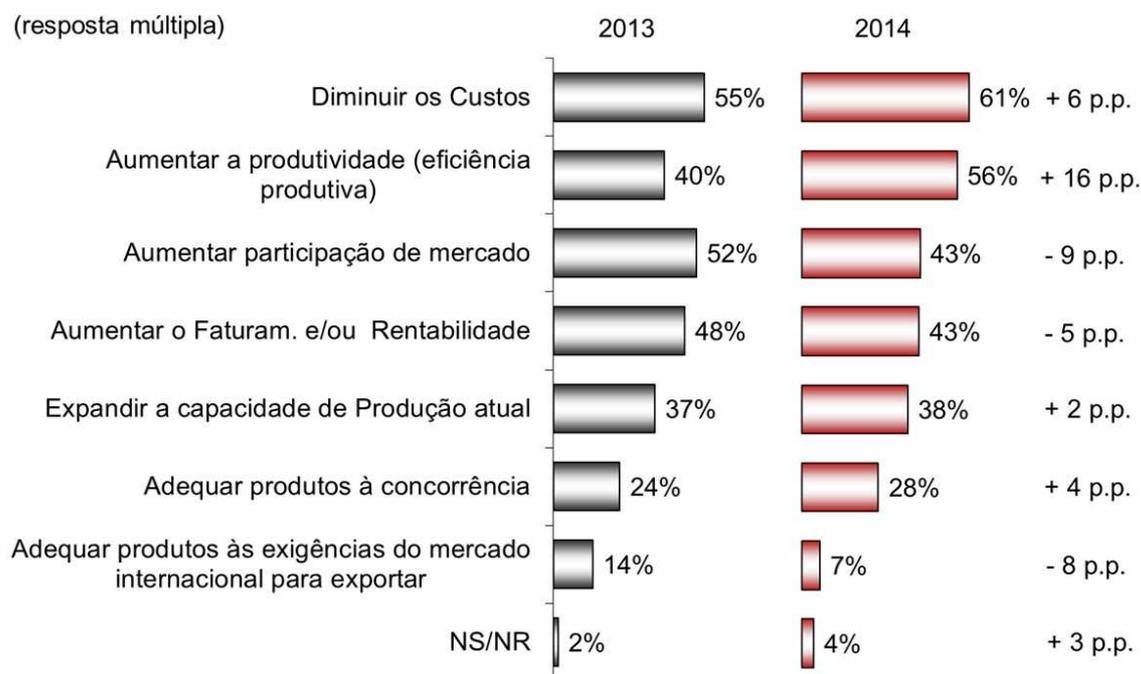
Na comparação entre as estratégias de investimento em 2013 e as de 2014, pode-se perceber que a preocupação com a eficiência produtiva das empresas se intensificou. Se no ano passado as empresas investiam predominantemente na redução de custos mas também em aumento de mercado, neste ano o objetivo de redução de custos e aumento de produtividade se tornou mais evidente.

No ano passado, apesar da preocupação com a eficiência produtiva por meio da redução de custos, as empresas também buscavam reverter o resultado negativo da produção do ano de 2012, dando importância às estratégias de aumento da participação de mercado e aumento do faturamento. Este ano, a lógica do investimento se direciona de forma mais acentuada para a eficiência produtiva. Dada a permanência de ambiente desfavorável à produção industrial e diante da expectativa de baixa demanda e baixo dinamismo econômico, a estratégia se apresenta mais defensiva em 2014, com foco na redução de custos e no aumento da produtividade.

Assim como em 2013, o **principal objetivo** das empresas em 2014 continua sendo a **redução de custos**, conforme aponta 61% do empresariado. Contudo, há uma mudança relevante na lógica do investimento, enquanto o empresariado passa a dar maior importância à redução de custos (+ 6 p.p.) e ao aumento da produtividade (+ 16 p.p.), há uma redução de importância do aumento de participação de mercado (- 9 p.p.) e do aumento do faturamento (- 5 p.p.).

O objetivo de aumentar a produtividade, que no ano passado ocupava o quarto lugar nos objetivos do empresariado, passa a ocupar a segunda posição, indo ao encontro da estratégia de aumentar a eficiência produtiva, num cenário que pouco incentiva a ampliação da produção industrial. O aumento da importância da eficiência produtiva acompanhado de queda da importância dos objetivos de investimento que visam o aumento de mercado evidenciam o ambiente econômico desfavorável à produção industrial em 2014.

Gráfico 6 –Objetivos do Investimento



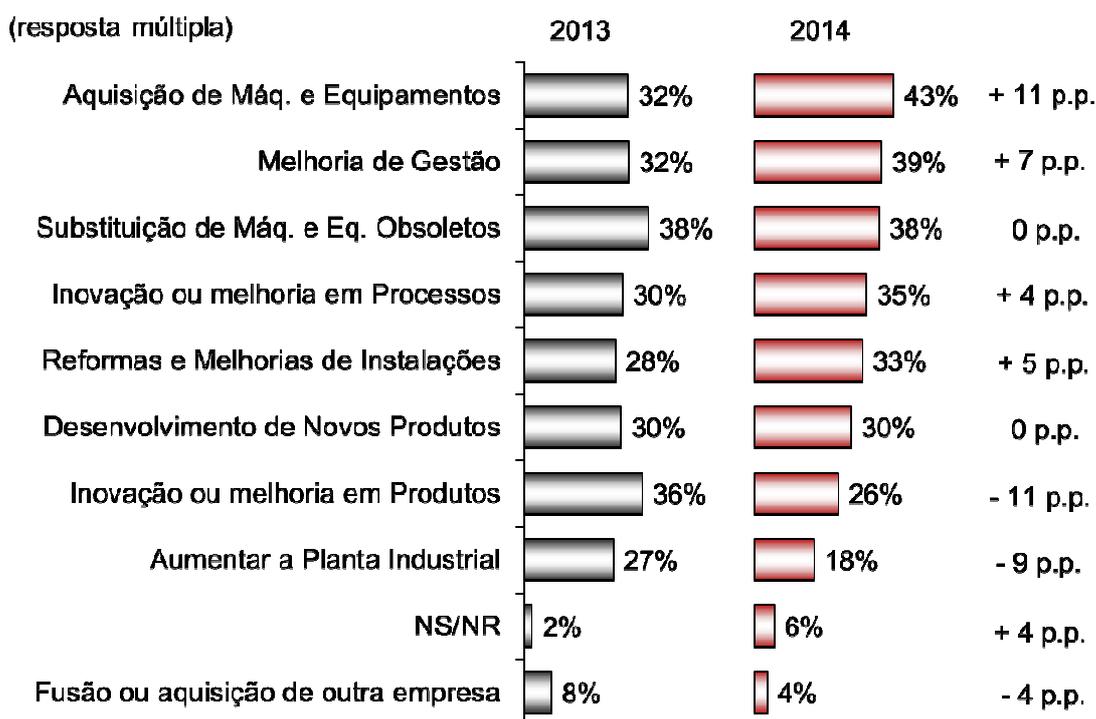
Fonte: Pesquisa FIESP-H2R e Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

Quando questionados sobre a **necessidade** dos investimentos a aquisição de máquinas e equipamentos é apontada como a principal necessidade das inversões em 2014, por 43% do empresariado. A substituição de máquinas e equipamentos obsoletos, por sua vez, é indicada como a terceira principal necessidade do investimento, por 38% do empresariado. É provável que ambas as necessidades representem o esforço do empresariado em ampliar a produtividade da sua indústria e reduzir os custos de produção, modernizando seu ativo fixo. Alinhadas com esse objetivo, a melhoria em gestão e a melhoria em processos também ganharam importância como necessidades do investimento para 2014. No caso da melhoria em gestão houve um aumento de importância de 32% para 39% e para a melhoria nos processo, de 30% para 35%.

Ao mesmo tempo, observa-se uma resistência do empresariado em ampliar a capacidade produtiva, dada a redução de 9 p.p. no aumento da planta industrial. Além disso, a necessidade de inovação e melhoria de produtos se reduz em 11 p.p., o que possivelmente está associado à aversão ao risco do empresariado num cenário de incerteza. Verifica-se, diante disso,

uma estratégia defensiva e centrada na eficiência produtiva, o que é característico de períodos recessivos ou de baixo crescimento econômico em que o empresariado é obrigado a reduzir custos e modernizar seus processos produtivos a fim de perder a menor parcela possível de mercado.

Gráfico 7 – Necessidades do Investimento



Fonte: Pesquisa FIESP-H2R e Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

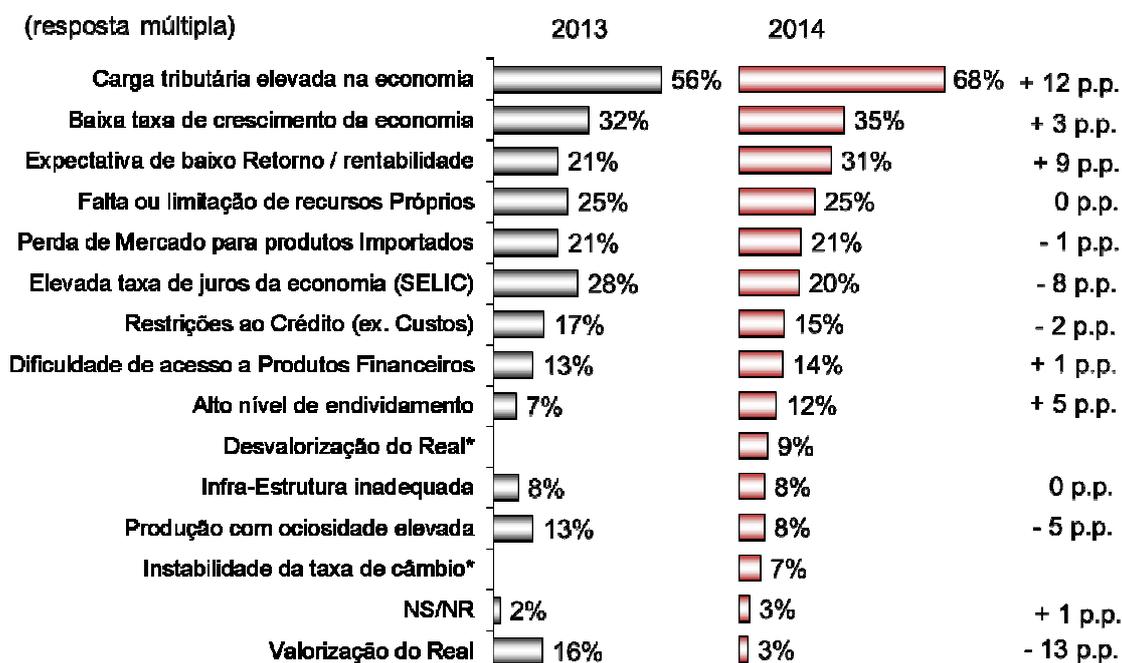
Haverá, portanto, em 2014, uma intensificação das estratégias defensivas. As expectativas dos empresários se deterioraram, como reflexo do baixo crescimento da economia brasileira, do ciclo de aperto monetário, dos altos custos de produção no Brasil (custo Brasil) e da falta de um projeto nacional estratégico para o setor industrial. As medidas de incentivo fiscal adotadas recentemente surtiram pouco efeito devido às suas características parciais e de curta duração. Dessa forma, o setor tem voltado seus investimentos para a racionalização produtiva, o que os tem levado a fazer ajustes de eficiência produtiva em detrimento do investimento expansivo.

Apesar das diferenças nas estratégias e necessidades empresariais entre os anos de 2013 e 2014, a intenção de investir em 2014 encontra a mesma barreira que encontrava em 2013: a elevada carga tributária. Em 2013, os tributos eram apontados por 56% do empresariado como o principal **limitante** ao investimento; em 2014 essa parcela aumentou para 68%, evidenciando a elevada carga tributária como o principal limitante às inversões no país.

O baixo crescimento da economia, que, em 2013, já era o segundo maior limitante, representando a opinião de 32% do empresariado, manteve a posição de segundo maior limitante em 2014, com acréscimo de 3 p.p. de importância na opinião do mercado. O baixo crescimento esperado para a economia brasileira em 2014, 1,62% segundo relatório Focus de 16 de maio de 2014, limita o crescimento do investimento industrial, uma vez que a indústria projeta um cenário de baixa demanda e assim, as estratégias do empresariado se tornam mais defensivas em detrimento de expansivas.

Nessa direção, há aumento da importância da baixa expectativa de retorno como entrave ao investimento, que passa a ocupar o terceiro lugar entre os fatores limitantes do investimento, refletindo a deterioração das expectativas de demanda do empresariado. A expectativa de retorno ainda é agravada pelo aumento do nível da taxa de juros da economia (SELIC) utilizada como custo de oportunidade nos cálculos de retorno do investimento produtivo. Outro fator que merece destaque é o aumento das empresas que apontam o alto nível de endividamento como limitante ao investimento, que cresceu 5 p.p. de 2013 para 2014.

Gráfico 8 – Limitantes ao investimento



* Esse fator limitante não fazia parte da Pesquisa em 2013.

Fonte: Pesquisa FIESP-H2R e Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: Decortec/FIESP

A elevada carga tributária retira recursos que poderiam ser reinvestidos pela indústria, pois exige que o empresariado abra mão de margem para competir com o importado e, portanto, não permite que ele acumule recursos para se autofinanciar.

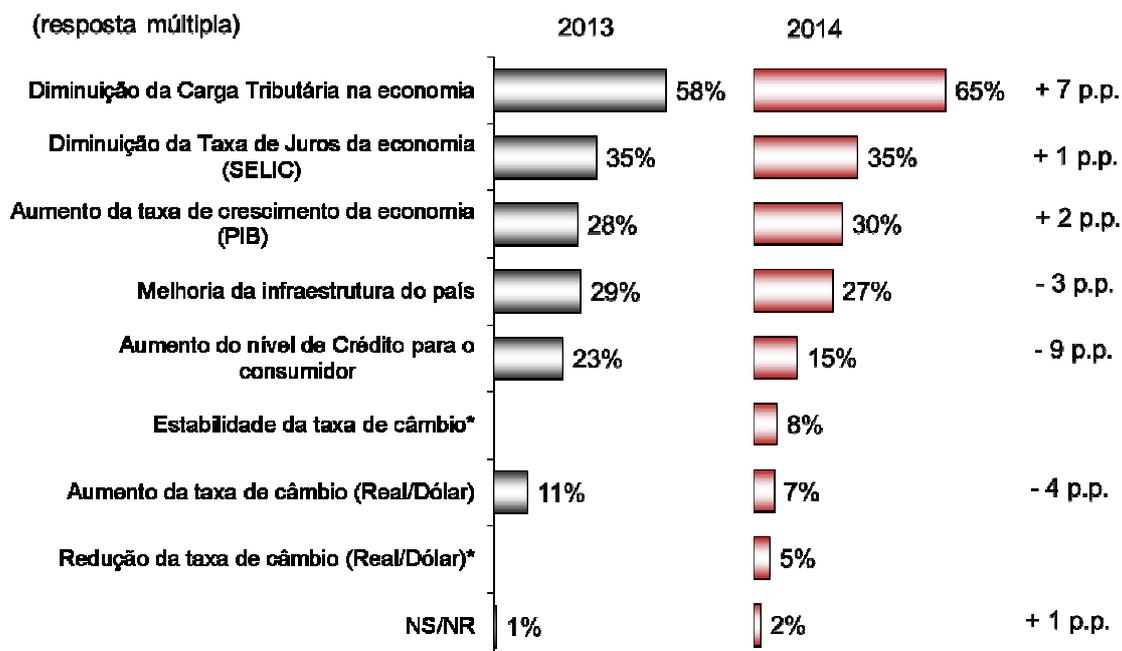
Como os tributos continuam a ser o principal limitante aos investimentos na indústria, quando questionados sobre o que mais incentivaria o empresariado a ampliar seus investimentos, 65% deles apontou para a diminuição da carga tributária.

Outro fator econômico que contribuiria bastante para a ampliação das inversões, conforme aponta 35% do empresariado, é a redução da taxa de juros SELIC. Fica evidente que taxas de juros elevadas, como as que são praticadas no Brasil, devem ficar para o passado, pois, além de reduzir o consumo, implicam em altas despesas financeiras e comprometem recursos que poderiam ser investidos pelas empresas.

Além disso, vale destacar que o aumento do crescimento econômico e a melhoria da infraestrutura do país também são apontados como fatores

importantes que contribuiriam para os investimentos, respectivamente por 30% e 27% do empresariado.

Gráfico 9 – Fatores econômicos que contribuiriam para os investimentos

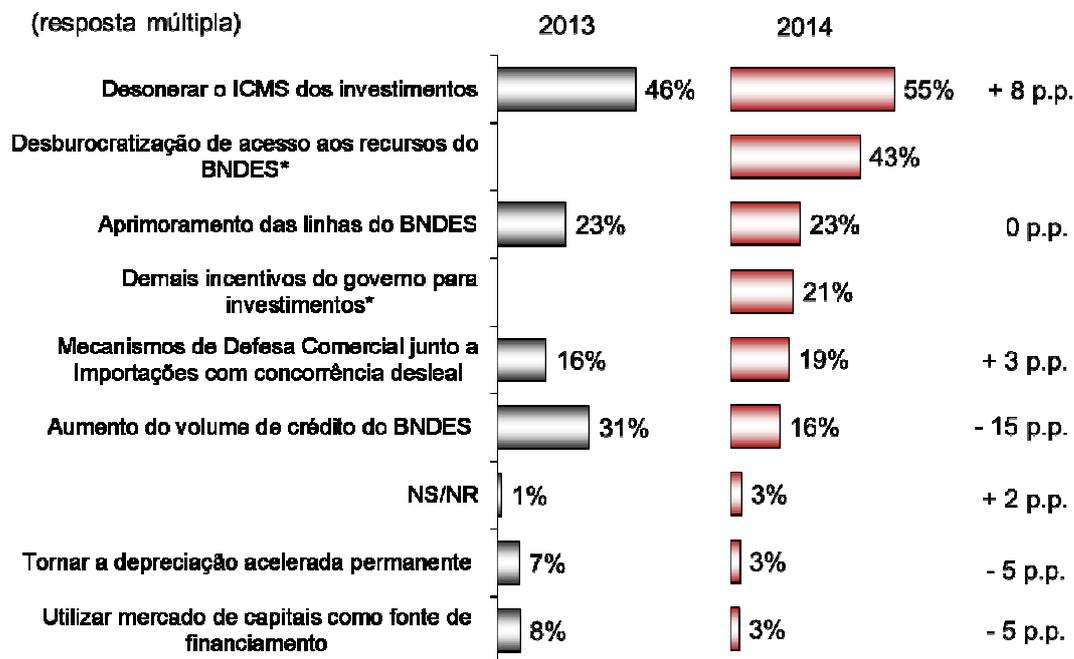


* Esse fator de incentivo não fazia parte da Pesquisa em 2013.

Fonte: Pesquisa FIESP-H2R e Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

Quanto aos fatores específicos do investimento que poderiam contribuir para as inversões, destacam-se principalmente a desoneração do ICMS do investimento, apontada por 55% do empresariado, e a desburocratização do acesso aos recursos do BNDES, apontada por 43% dos empresários. Outro fator ligado ao investimento que contribuiria para as inversões segundo 23% do empresariado seria o aprimoramento das linhas do BNDES, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 10 – Fatores ligados ao investimento que contribuiriam para os investimentos



* Esses fatores de incentivo foram tratados de maneira conjunta na Pesquisa em 2013, com resultado de 45%.
 Fonte: Pesquisa FIESP-H2R e Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

Dessa forma, se o país pretende voltar a crescer de forma sustentável, ou seja, pela via do investimento, é necessário reduzir os custos de produção no Brasil que minam a competitividade da indústria brasileira. Para isso se faz necessário, entre outras medidas, reduzir a carga tributária, reduzir os juros (especialmente o juros de capital de giro), melhorar consideravelmente a infraestrutura, e por fim, desenvolver um projeto nacional estratégico ao setor industrial compatível com uma política macroeconômica favorável.

3. Análise por porte

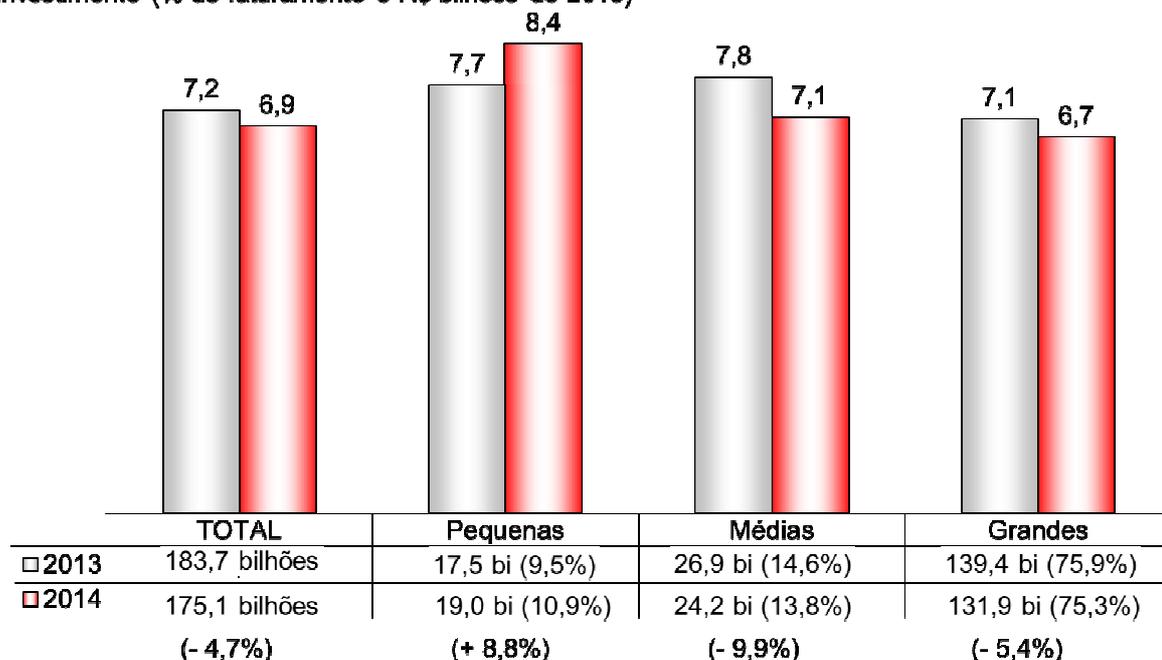
3.1. Intenção de Investimento em 2014

Diante da baixo crescimento da economia e do ambiente hostil à produção, muitas empresas deverão reduzir seus investimentos em 2014. As empresas de médio porte serão as que mais deverão reduzir suas inversões (9,9%), seguidas das grandes empresas (5,4%). As empresas de pequeno porte, por sua vez, deverão ampliá-lo em termos absolutos em 8,8%.

Observa-se que a redução do investimento total é explicada, em grande parte, pela queda do investimento das empresas de grande porte, uma vez que essas são responsáveis pela maior parcela do investimento. A participação das grandes empresas no investimento deverá se reduzir de 75,9% para 75,3%. As empresas de médio porte também reduzirão sua participação no investimento (de 14,6% para 13,8%), conforme gráfico:

Gráfico 10 – Taxa média de investimento por porte

Investimento (% do faturamento e R\$ bilhões de 2013)



Fonte: Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: Decortec/FIESP

3.2. Estrutura dos Investimentos

3.2.1. Destino dos Recursos

Independente do porte, em 2013, o investimento em máquinas e equipamentos representou a principal parcela do investimento total e isso deverá se repetir neste ano. Em todos os portes de empresas, o investimento em máquinas e equipamentos deverá perder participação no total, sendo menor a queda nas grandes empresas, de 64,3% para 63,9%. Nas médias empresas cairão de 66,6% para 62,6% e nas pequenas, de 67,7% para 59,2%, conforme tabela:

Tabela 2 – Destino dos Investimentos por porte (R\$ bilhões e % do total)

	TOTAL		Pequenas		Médias		Grandes	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Máquinas e Equipamentos	119,3 64,9%	110,7 63,2%	11,8 67,7%	11,3 59,2%	17,9 66,6%	15,2 62,6%	89,6 64,3%	84,3 63,9%
Gestão	21,2 11,6%	21,0 12,0%	2,0 11,4%	2,7 14,2%	2,6 9,7%	3,6 14,9%	16,6 11,9%	14,6 11,1%
Inovação (produto e processo)	26,0 14,2%	26,6 15,2%	2,3 13,3%	3,2 16,8%	4,0 14,8%	3,3 13,8%	19,8 14,2%	20,1 15,2%
Pesquisa e Desenvolvimento	17,2 9,3%	16,8 9,6%	1,3 7,5%	1,9 9,7%	2,4 9,0%	2,1 8,7%	13,4 9,6%	12,9 9,8%
Total	183,7 100%	175,1 100%	17,5 100%	19,0 100%	26,9 100%	24,2 100%	139,4 100%	131,9 100%

Fonte: Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

Quanto aos demais destinos dos investimentos, pode se destacar que:

- As pequenas empresas serão as que proporcionalmente mais investirão em inovação (16,8% do investimento), mas as que menos destinarão recursos para máquinas e equipamentos (59,2% do investimento). O aumento do investimento em gestão, inovação e P&D é que explica o aumento do investimento total das pequenas empresas. Isso demonstra a importância da melhoria dos processos produtivos nos portes menores, que, diante da dificuldade de concorrer no mercado interno (inclusive com os importados), reduzirão seus investimentos em maquinário em 8,5 p.p.

- As médias empresas substituirão parte dos investimentos em maquinário por investimentos em gestão. Essas empresas são as que mais reduzirão o investimento em máquinas e equipamentos (15,3%) e as que mais ampliarão o investimento em gestão em 2014 (38,8%), o que explicita sua postura defensiva a fim de obter ganhos de produtividade.
- Finalmente, as grandes empresas serão as que mais investirão proporcionalmente em máquinas e equipamentos este ano (63,9%), a despeito da redução de 0,4 p.p. em relação a 2013. Destaca-se, porém, que como representam a maior parcela do investimento, a queda de R\$ 89,6 bilhões para R\$ 84,3 bilhões (5,9%) em máquinas e equipamentos explica, em grande medida, a redução total do investimento. Em termos de estrutura do investimento, as grandes empresas devem manter praticamente a mesma.

3.2.2. Origem dos Recursos

Para o total de investimentos previstos observa-se, com exceção das grandes empresas, o aumento da demanda por recursos públicos entre 2013 e 2014. As pequenas deverão ampliar essa demanda de 14% para 24% do seu investimento total, as médias, de 24% para 27% e as grandes, ao contrário, irão reduzir sua demanda por esse tipo de recurso de 23% para 21%, substituindo-o pelos recursos privados de terceiros, conforme tabela:

Tabela 3 – Origem dos Recursos por porte

		TOTAL		Pequenas		Médias		Grandes	
		2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
TOTAL	Própr.	64%	63%	75%	67%	61%	60%	64%	64%
	3ºs	13%	14%	11%	9%	15%	13%	13%	15%
	Públ.	22%	22%	14%	24%	24%	27%	23%	21%
Máquinas e Equipamentos	Própr.	57%	58%	70%	59%	52%	51%	56%	59%
	3ºs	15%	15%	13%	11%	15%	13%	15%	16%
	Públ.	28%	27%	18%	30%	33%	36%	29%	25%
Gestão	Própr.	83%	80%	89%	81%	83%	73%	82%	81%
	3ºs	5%	13%	5%	11%	12%	14%	5%	13%
	Públ.	12%	7%	6%	8%	5%	13%	14%	6%
Inovação	Própr.	78%	67%	83%	75%	75%	74%	78%	65%
	3ºs	13%	14%	11%	5%	15%	12%	13%	15%
	Públ.	9%	19%	6%	20%	10%	13%	10%	20%
Pesquisa e Desenvolvimento	Própr.	73%	74%	82%	79%	81%	81%	71%	73%
	3ºs	16%	12%	8%	5%	14%	15%	17%	12%
	Públ.	11%	14%	10%	16%	4%	4%	12%	15%

Fonte: Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP

O financiamento por meio de recursos próprios, por sua vez, continuará sendo o mais relevante para todos os portes, a despeito de cair de participação tanto para as médias, quanto para as pequenas empresas. Já o financiamento com recursos de terceiros será ligeiramente reduzido nas pequenas e médias empresas, diante de seu elevado custo e da dificuldade de contratação de empréstimos de longo prazo de fontes privadas por esses portes. Para as grandes empresas, há maior facilidade de captação de recursos de terceiros, e estes devem ampliar sua participação no financiamento ao investimento das empresas desse porte.

Em 2013, as pequenas empresas eram as maiores dependentes de recursos próprios, e continuarão sendo em 2014. Contudo, o financiamento público terá maior peso na demanda total das pequenas empresas, fazendo com que a dependência em relação aos recursos próprios diminua, chegando mais próximo dos patamares das médias (60%) e grandes empresas (64%). Se em 2013 o financiamento próprio das pequenas empresas era responsável por 75% dos investimentos, em 2014, deverão ser responsáveis por 67%. O financiamento público, por seu turno, deverá aumentar sua participação de 14% para 24% do investimento.

Em relação à fonte de financiamento dos investimentos nos diferentes destinos, pode se destacar que:

- Independente do porte, os recursos públicos são essencialmente relevantes para financiar a aquisição de máquinas e equipamentos: nas pequenas empresas os recursos públicos deverão aumentar sua participação em 12 p.p. em relação a 2013, chegando a financiar 30% do seu investimento em maquinário; nas médias, esses recursos devem financiar 36% (aumento de 3 p.p. em relação a 2013); e nas grandes, por seu turno, devem financiar 25% desse investimento, sendo que apenas para esse grupo de empresas o financiamento via recursos públicos perdeu participação.
- Os investimentos em gestão se utilizam quase exclusivamente de recursos privados, independente do porte, uma vez que as linhas de financiamento público são bastante restritas. As grandes empresas, por sua vez, ampliarão a parcela dos investimentos em gestão financiada via recursos de terceiros em 8 p.p., já que podem ter a opção de se financiar via mercado de capitais ou via empréstimos de bancos privados (nacionais e estrangeiros) a menores custos.
- Os recursos públicos ganharão importância especialmente no caso dos investimentos em inovação, independentemente do porte. De acordo com as perspectivas do empresariado, esse tipo de recurso passará a financiar 20% do investimento em inovação das pequenas empresas (financiava, em 2013, 6%), 13% das médias (financiava 10%) e passará a financiar 20% dos investimentos em inovação das grandes empresas (financiava, em 2013, apenas 10%).
- Finalmente, nos investimentos em P&D, o financiamento próprio continua sendo a fonte de recursos mais importante, para todos os portes de empresa. No caso das pequenas e grandes empresas, observa-se um aumento na disponibilidade de financiamento público, que vai ao encontro do aumento da oferta de recursos públicos nas áreas de inovação e P&D.
- Em 2013, o governo federal anunciou que os recursos públicos disponíveis para as áreas de inovação e P&D iriam aumentar

significativamente. O Plano Inova Empresa do governo federal, divulgado em 14 de março de 2013, dispõe de R\$ 32,9 bilhões para financiar a inovação e a P&D, indo ao encontro com o aumento da demanda por recursos públicos detectado pela Pesquisa Fiesp.

3.3. Estratégia das empresas por porte

De uma forma geral, em 2014, haverá uma intensificação das estratégias defensivas no sentido de garantir maior eficiência dos processos produtivos, dado o baixo crescimento econômico, o baixo nível de confiança do empresariado e as expectativas de baixo retorno.

Contudo, na avaliação das estratégias e necessidades empresariais, é relevante diferenciar as estruturas empresarias especialmente ao tratar de uma investigação com foco na formulação de políticas que melhor atendam cada empresa. Uma primeira aproximação possível dessas diferenças, que será considerada nessa pesquisa, consiste na diferenciação dos portes.

3.3.1. Pequenas Empresas

O investimento das pequenas empresas em 2014 destaca-se por ter como principal objetivo a redução de custos e o aumento da produtividade, conforme citaram 61% e 52% do empresariado, respectivamente. Assim como no ano passado, a redução de custo é o principal objetivo, porém, destaca-se a importância do ganho de produtividade em detrimento do aumento da participação de mercado como segundo principal objetivo.

Para atingir esses objetivos, essas empresas apontam como principais necessidades a aquisição de máquinas e equipamentos e a melhoria de gestão (citadas respectivamente por 40% e 38% das empresas em 2014), contrapondo-se a principal necessidade apontada em 2013, que tinha como foco a inovação ou melhoria em produtos. Isso demonstra a maior preocupação das empresas de pequeno porte com a eficiência produtiva em relação ao ano anterior.

Como, conforme visto anteriormente, as pequenas empresas são as que mais dependem dos recursos próprios para realização de investimentos, a elevada carga tributária é o principal limitante para os investimentos (já era em 2013 e se tornou ainda mais importante em 2014, sendo citada por 70% do empresariado), conforme tabela abaixo. A elevada carga tributária, além de ampliar o custo do investimento, retira recursos que poderiam ser reinvestidos, restringindo a capacidade dessas empresas se autofinanciarem.

Além disso, como ocorre em todos os portes, a redução da carga tributária e da taxa SELIC seriam os dois fatores econômicos que mais contribuiriam para ampliação dos investimentos em 2014, repetindo o resultado de 2013. Vale notar que as empresas de pequeno porte também apresentam a melhoria da infraestrutura do país como um dos principais fatores que contribuiriam para o aumento do investimento em 2013 e 2014, demonstrando o elevado ônus com custos de transporte no balanço das empresas, especialmente de pequeno porte.

Quanto aos fatores ligados ao investimento que mais contribuiriam para o aumento das inversões, a desoneração do ICMS dos investimentos e a desburocratização de acesso aos recursos do BNDES que já eram apontadas como mais importantes em 2013, continuam sendo em 2014, não só para as pequenas empresas, como também para todos os portes.

Tabela 4 – Principais Estratégias das Pequenas Empresas 2013 x 2014

2013									
Objetivos		Necessidades		Limitantes		Contribuiria			
						Fatores sistêmicos		Fatores de investimento	
Diminuir os Custos	53%	Inovação ou melhoria em Produtos	37%	Carga tributária elevada	54%	Diminuição da Carga Tributária	60%	Desonerar o ICMS dos investimentos	45%
Aumentar participação de mercado	51%	Substituição de Máq. e Equipamentos	36%	Baixo crescimento da economia	30%	Diminuição da Taxa de Juros (SELIC)	30%	Desburocratização de acesso aos recursos do BNDES e demais incentivos	40%
Aumentar o Faturamento e/ou Rentabilidade	46%	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	31%	Falta ou limitação de recursos próprios	27%	Melhoria da infraestrutura do país	30%	Aumento do volume de crédito do BNDES	29%
2014									
Objetivos		Necessidades		Limitantes		Contribuiria			
						Fatores sistêmicos		Fatores de investimento	
Diminuir os Custos	61%	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	40%	Carga tributária elevada	70%	Diminuição da Carga Tributária	68%	Desonerar o ICMS dos investimentos	52%
Aumentar a produtividade (eficiência produtiva)	52%	Melhoria de Gestão	38%	Expectativa de baixo retorno	32%	Diminuição da Taxa de Juros (SELIC)	34%	Desburocratização de acesso aos recursos do BNDES	45%
Aumentar o Faturamento e/ou Rentabilidade	43%	Reformas e Melhorias de Instalações	38%	Baixo crescimento da economia	30%	Melhoria da infraestrutura do país	28%	Demais incentivos do governo para investimentos	24%

Fonte: Pesquisa FIESP-H2R e Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP.

3.3.2. Médias Empresas

As empresas de médio porte, assim como as pequenas, também têm como principal objetivo o de investir na redução de custos, conforme aponta 63% do empresariado (5 p.p. a mais do que no ano anterior). Destaca-se também, para essas empresas como um dos principais objetivos, a busca pelo aumento da produtividade, conforme apontam 58% das empresas. Esse objetivo não estava entre os principais no ano passado e vem a demonstrar o caráter predominantemente defensivo dos objetivos de investimento das médias empresas neste ano.

Para garantir que esses objetivos sejam passíveis de execução, as médias empresas focarão principalmente na aquisição de máquinas e equipamentos, na melhoria de gestão e na substituição de maquinário obsoleto, conforme apontam 43%, 41% e 40% do empresariado, respectivamente. Isso demonstra que o objetivo das empresas de médio porte também está mais defensivo neste ano, pois, em 2013, a inovação ou melhoria em produtos era apontada como principal necessidade e, neste ano, não foi classificada entre as principais necessidades de investimento das médias empresas.

É interessante notar que as empresas de médio porte, assim como todos os portes de empresa, apresentam como principais limitantes do investimento em 2014, a carga tributária, o baixo crescimento da economia e a expectativa de baixo retorno. Desta forma, a expectativa negativa em relação à possibilidade de obter uma rentabilidade adequada tem levado empresas a abrirem mão de realizar inversões, caracterizando um grave problema de estímulo ao setor produtivo e contribuindo para a continuidade de um ciclo de baixo dinamismo econômico e baixo nível de investimento no país.

Tabela 5 – Principais Estratégias das Médias Empresas 2013 x 2014

2013									
Objetivos		Necessidades		Limitantes		Contribuiria			
						Fatores sistêmicos		Fatores de investimento	
Diminuir os Custos	58%	Inovação ou melhoria em Produtos	38%	Carga tributária elevada	57%	Diminuição da Carga Tributária	55%	Desburocratização de acesso aos recursos do BNDES e demais incentivo	54%
Aumentar participação de mercado	54%	Substituição de Máq. e Equipamentos	37%	Baixo crescimento da economia	31%	Diminuição da Taxa de Juros (SELIC)	36%	Desonerar o ICMS dos investimentos	44%
Aumentar o Faturamento e/ou Rentabilidade	51%	Melhoria de Gestão	33%	Elevada taxa de juros (SELIC)	30%	Aumento do crescimento da economia (PIB)	33%	Aumento do volume de crédito do BNDES	34%
2014									
Objetivos		Necessidades		Limitantes		Contribuiria			
						Fatores sistêmicos		Fatores de investimento	
Diminuir os Custos	63%	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	43%	Carga tributária elevada	68%	Diminuição da Carga Tributária	64%	Desonerar o ICMS dos investimentos	58%
Aumentar a produtividade (eficiência produtiva)	58%	Melhoria de Gestão	41%	Baixo crescimento da economia	38%	Diminuição da Taxa de Juros (SELIC)	36%	Desburocratização de acesso dos recursos do BNDES	44%
Aumentar participação de mercado	44%	Substituição de Máq. e Equipamentos Obsoletos	40%	Expectativa de baixo Retorno	28%	Aumento do crescimento da economia (PIB)	32%	Mecanismos de Defesa Comercial junto a Importações com concorrência desleal	22%

Fonte: Pesquisa FIESP-H2R e Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP.

Apesar da diminuição da carga tributária e da taxa de juros SELIC serem fatores econômicos que contribuiriam bastante para ampliação dos investimentos das médias empresas, conforme apontam 64% e 36% do empresariado, respectivamente, o aumento do crescimento da economia também é bastante relevante nesse porte, assim como para as grandes empresas.

3.3.3. Grandes Empresas

Apontado por 62% das empresas de grande porte, o aumento da produtividade foi identificado como o principal objetivo das grandes empresas em 2014, diferentemente do ano passado em que esse objetivo não constava entre os principais. Se em 2013 as grandes empresas tinham como principais objetivos a diminuição dos custos (apontado por 53%) e o aumento da participação de mercado (apontado por 50% do empresariado), esses objetivos continuam em destaque em 2014, porém com maior importância para a diminuição e custos (apontada por 57% do empresariado) e menor importância para o aumento de participação e mercado (apontado por 45%).

Isso demonstra que essas empresas, não devem investir focando a expansão dos seus mercados, mas a melhor eficiência na produção. Para atingir esses objetivos, por sua vez, as grandes empresas apontam como principais necessidades além da aquisição (48%) e substituição (45%) de máquinas e equipamentos, a inovação ou melhorias de processos a fim de aumentar a produtividade e ganhar eficiência produtiva.

Diante da perspectiva de baixa expansão da demanda neste ano e do baixo crescimento econômico, a manutenção dos lucros das grandes empresas dependerá principalmente da melhora na eficiência produtiva, o que deve se dar principalmente por meio da aquisição e substituição de maquinário com foco no aumento da produtividade e em melhorias de processos que contribuam para redução de custos.

Dentre os limitantes aos investimentos das grandes empresas, assim como no resto da indústria, a carga tributária se destaca, sendo sua redução o fator que mais contribuiria para ampliação das inversões nessas empresas.

A preocupação com aprimoramento das linhas do BNDES (prazo, carência e contrapartidas) apontada somente pelas grandes empresas como um dos principais fatores ligados ao investimento que contribuiriam para as inversões (além da desoneração do ICMS dos investimentos e da desburocratização do acesso aos recursos do BNDES), deve ser levada em consideração como importante estímulo aos investimentos industriais.

Tabela 6 – Principais Estratégias das Grandes Empresas 2013 x 2014

2013									
Objetivos		Necessidades		Limitantes		Contribuiria			
						Fatores sistêmicos		Fatores de investimento	
Diminuir os Custos	53%	Substituição de Máq. e Equipamentos	48%	Carga tributária elevada	60%	Diminuição da Carga Tributária	60%	Desonerar o ICMS dos investimentos	54%
Aumentar participação de mercado	50%	Melhoria de Gestão	41%	Baixo crescimento da economia	37%	Diminuição da Taxa de Juros (SELIC)	43%	Desburocratização de acesso aos recursos do BNDES e demais incentivos	44%
Aumentar o Faturamento e/ou Rentabilidade	46%	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	38%	Elevada taxa de juros (SELIC)	30%	Aumento do crescimento da economia (PIB)	35%	Aumento do volume de crédito do BNDES	29%
2014									
Objetivos		Necessidades		Limitantes		Contribuiria			
						Fatores sistêmicos		Fatores de investimento	
Aumentar a produtividade (eficiência produtiva)	62%	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	48%	Carga tributária elevada	66%	Diminuição da Carga Tributária	62%	Desonerar o ICMS dos investimentos	55%
Diminuir os Custos	57%	Substituição de Máquinas e equipamentos Obsoletos	45%	Baixo crescimento da economia	41%	Aumento da taxa de crescimento da economia (PIB)	36%	Desburocratização de acesso aos recursos do BNDES	39%
Aumentar participação de mercado	45%	Inovação ou melhoria em Processos	41%	Expectativa de baixo Retorno	32%	Diminuição da Taxa de Juros (SELIC)	35%	Aprimoramento das linhas do BNDES (prazo, carência e contrapartidas)	29%

Fonte: Pesquisa FIESP-H2R e Pesquisa FIESP-D'Fatto; Elaboração: Decomtec/FIESP.

Por fim, como o investimento das grandes empresas representa a maior parcela do investimento da indústria de transformação, são as grandes empresas que detém maior capacidade de influenciar no aumento da taxa de investimento industrial. Contudo, como visto anteriormente, há expectativa de queda de investimento das grandes empresas para o ano de 2014. Logo, o ciclo de baixo investimento e baixo crescimento deve se repetir neste ano, uma vez que o ambiente econômico é desfavorável, não somente para a indústria de transformação, como também para o restante da economia.